

Prezado Sr. José Henrique Paim

Coordenador do Grupo de Trabalho em Educação

Governo de Transição Brasil do Futuro

Cumprimentando-o cordialmente, o SINASEFE apresenta este manifesto de diagnóstico da situação atual da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Alguns documentos foram entregues pela nossa entidade ao então Ministro da Educação do governo cessante, a coordenadores da Campanha do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, antes da eleição, por ocasião do nosso apoio a sua candidatura e mesmo a este Grupo de Trabalho em outra oportunidade. Estes documentos estão em anexo e reiteramos e reforçamos que seus conteúdos são fundamentais do ponto de vista da categoria, da Rede em que atuamos, da educação pública e do diagnóstico e reivindicações apresentadas.

Em nosso último congresso sindical, o 34º Congresso do SINASEFE, aprovou-se o apoio à eleição do Presidente Lula já no primeiro turno, não poupando esforços para a conquista deste objetivo, caminho único para derrotar o governo nefasto que agora se despede no Brasil – sem deixar saudades. Desta forma, entendemos que a vitória de Lula é a vitória do conjunto das trabalhadoras brasileiras e dos trabalhadores brasileiros e, em particular, das(os) professoras(es) e técnico-administrativas(os) da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, base da representação do SINASEFE.

De fato, desde o golpe contra a Presidenta Dilma, e se acentuando durante os últimos quatro anos do governo neofascista-liberal de Bolsonaro, os ataques à classe de trabalhadoras(es) da Educação foram duros e constantes, embora a resistência organizada sempre houve neste período, atenuando as diversas perdas financeiras, de direitos trabalhistas e de defesa do direito à educação pública universal e da produção científica e tecnológica para a soberania do nosso povo.

A começar pelo **congelamento de salários**, que assola técnico-administrativas(os) desde 2017 e docentes desde 2019, gerando redução do poder de compra de nossos vencimentos que, em alguns cargos, extrapolam 50% desde 2016. O empobrecimento da força de trabalho da Educação Federal reflete diretamente na saúde psicológica destes(as) servidores(as), impactando frontalmente na qualidade do serviço público ofertado, apesar da dedicação e compromisso inabaláveis. Necessário e urgente é garantir espaço no orçamento de 2023 para um **reajuste emergencial** que recupere parte das perdas neste período, sem prejuízo de posterior negociação para retornar o poder de compra dos salários do funcionalismo para os padrões alcançados no segundo governo do Presidente Lula.

Da mesma forma, **o orçamento para a Educação precisa ser reconstituído** para garantir o financiamento das instituições educacionais, conforme o investimento que acontecia em 2014, segundo estudo da Professora Mônica Ribeiro que retrata que chegamos a ter um investimento de cerca de US\$ 9 mil por estudante por ano em média

e a reposição da força de trabalho, com a retomada de concursos públicos – o déficit somente na educação extrapola a dezena de milhares de trabalhadores(as). Os reiterados cortes de verbas promovidos pelo atual governo inviabilizam as políticas públicas voltadas ao ensino, bem como precarizam as condições de trabalho, ao afetar o custeio básico dos *campi*. Este último bloqueio, associado ao decreto que determina 9 de dezembro de 2022 como prazo final para o empenho impossibilita a finalização do ano letivo a contento e trouxe uma instabilidade que impôs demissões à trabalhadoras terceirizadas e aos trabalhadores terceirizados, dificuldade de desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa e uma brutal dificuldade em manter políticas de assistência estudantil, de ações de permanência e êxito e de democratização do acesso, visto que sem a assistência estudantil ou com esta deficitária ou precarizada, estudantes meninas e mulheres, estudantes pobres, em sua maioria negras e negros ou ainda indígenas e pessoas com deficiência (PCDs) acabam alijados do acesso à educação.

Quadro que se agravou sobremaneira no período da pandemia, que associada com as políticas de um governo negacionista científico, inimigo da educação e de cunho absolutamente autoritário, além de governo que impõe política econômica que gera empobrecimento massivo e desemprego, impuseram uma enorme evasão e uma queda da qualidade nas aprendizagens visto que, por exemplo, foi vetado o projeto que garantisse acesso a equipamentos e internet de qualidade para estudantes e servidores(as) para que o ensino fosse feito remotamente com segurança sanitária e qualidade.

Trabalhadoras e trabalhadores se dedicaram sobremaneira para seguir com a educação, mas temos consciência de que se faz necessária uma **busca ativa** para recuperar estudantes que deixaram a Rede Federal de Educação por problemas econômicos, de saúde física e mental, de acompanhamento mesmo por vias remotas. É necessário que se realize um **diagnóstico completo e um processo de investimento maior** para que se possa trazer de volta esses estudantes à Rede e mesmo para fazer trabalho de recuperação e aprofundamento do aprendizado precarizado nesse período. Também se faz necessária a retomada e melhoria do investimento e políticas de **democratização do acesso** (via ENEM, renovação das políticas de cotas sociais e raciais e outras medidas de promoção da equidade no acesso) e nas **políticas de assistência estudantil, de permanência e êxito**. Todo esse quadro vai exigir mais investimento e de maneira consistente e sem incertezas e contingenciamentos, além de uma coordenação do Ministério da Educação para que se organize esse processo em nível nacional e em todas as unidades das nossas redes (tanto da nossa Rede, quanto das instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa).

No sentido de garantir o investimento em educação que permita o planejamento, conforme citado, defendemos que o futuro Governo Lula atue no sentido da aprovação da PEC 96/2019, proposta pela deputada federal Fernanda Melchionna (PSOL-RS) que torna o orçamento da educação aprovado pelo Congresso impositivo, protegido de cortes e contingenciamentos a menos de casos de emergências nacionais.

Também há problemas estruturais, de espaço físico, estrutura das salas e laboratórios, acesso a insumos e livros entre vários problemas decorrentes dos cortes, mas também da interrupção da expansão da Rede, visto que a demanda social não foi atendida e seguimos tendo aumento do número de estudantes com redução do investimento e paralisação da estrutura, com interrupção da manutenção das unidades existentes. Esse quadro precisa ser revertido. Desde o golpe, esses investimentos foram praticamente zerados. O investimento realizado desde 2017 para reformas estruturais, construções e ampliações só foi possível por gestores andarem “de pires na mão” em gabinetes parlamentares para conseguir recursos, por meio de emendas, especialmente no último período, a partir da criação do chamado “Orçamento Secreto”, criando distorções político-eleitorais no processo de desenvolvimento e planejamento da Rede Federal de Educação Básica e também um viés político eleitoreiro.

Além disso, a constante tensão vivida durante a tramitação de diversas PECs, Projetos de Lei e Propostas de reorganização da Rede ou alteração de seus fundamentos e objetivos, como foram o Future-se e o Reordenamento, atacaram nossas vidas funcionais. É, também, um fator que impacta nos objetivos da educação nacional e no prosseguimento das nossas atividades. Educação, especialmente a fundada no tripé ensino, pesquisa e extensão como a nossa, é atividade que precisa ocorrer todos os dias, com planejamento e organização, e não pode viver sob incertezas e ataques. Que nada seja proposto envolvendo a educação pública sem a participação ativa e consideração de suas trabalhadoras e seus trabalhadores, por meio de sua representação sindical e outras formas de debate democrático.

É primordial **derrotar a PEC 32/2020**, a chamada Reforma Administrativa, que em seu texto remanescente destrói o Estado de Bem-Estar Social, premissa fundante da Constituição Federal de 1988. Este projeto de emenda constitucional acaba com os serviços públicos da forma como se conhece atualmente, abrindo espaço para a privatização irrestrita dos serviços estatais e a ruptura dos vínculos estáveis dos servidores públicos com o Estado nacional. Por isso, solicitamos que o **Governo envie, assim que assumir, mensagem ao Congresso Nacional solicitando a retirada de tramitação da PEC 32/2020** e que nenhuma proposta de Reforma do Estado brasileiro seja enviada sem um amplo debate na sociedade, mas especialmente com quem torna possível e concreto para o povo este Estado, que são as servidoras públicas e os servidores públicos, representadas(os) por suas entidades legítimas: as entidades sindicais.

Durante o período de governo golpista de Temer e de governo negacionista de Bolsonaro vivemos intervenções ilegais em nossa Rede Profissional e Tecnológica e na Rede de Universidades Federais. É importante ressaltar que além da autonomia constitucional, no caso dos Institutos Federais, a lei da criação dessas instituições não prevê indicação de lista tríplice e garante a nomeação do(da) eleito(a) na consulta à comunidade e todas as intervenções ocorreram de maneira completamente ilegal, gerando insegurança nas instituições e conflitos. Defendemos a manutenção da democracia e da autonomia, com nomeação nos prazos previstos em cada instituição,

do(da) eleito(a) e manutenção da autonomia constitucional, sem interferência do Ministério da Educação (MEC) na nomeação.

Fundamental também **revogar as instruções normativas, decretos e portarias regulatórias** que prejudicam o exercício das funções de servidores(as) públicos(as) sob o melhor interesse do povo e a legalidade instituída – especialmente quanto à liberdade de cátedra dos docentes – porque criam burocracias desnecessárias e instituem regras extremamente maléficas ao cotidiano laboral dos servidores da educação. Entre estes dispositivos infralegais estão a Portaria MEC nº 17/2016, Portaria MEC nº 983/2020 (mantendo o respeito à autonomia administrativa das instituições, conforme a CF e a lei 11892/2008), o Decreto 10.004/2019, Instrução Normativa ME nº 54/2021 (que tenta cercear o direito constitucional de greve), a IN ME nº 66/2022, a Resolução MEC nº 03/2021, a Portaria MEC nº 207/2020, que retirou a representação sindical do Conselho Permanente para o Reconhecimento de Saberes e Competências (CPRSC), devendo ser retomado o pagamento para avaliadores dos processos de RSC, Portaria nº 2117/2019, as Portarias CNE nº 01/2021 e CNE/CP nº 01/2021 e uma série de outros dispositivos, cujas revogações e reformulações já foram protocoladas junto ao Governo e nenhuma resposta nos foi dada.

Defendemos a Revogação da Lei nº 13.334/2016, da Reforma do Ensino Médio que alterou completamente o sentido da Ensino Médio e prejudica frontalmente a concepção de uma educação profissional e tecnológica emancipadora e para o desenvolvimento soberano do Brasil, tendo o trabalho como princípio educativo, para uma educação pobre para os mais pobres, que aumenta o abismo social e reforça as desigualdades. Nesse contexto também é necessária a revogação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a construção soberana de novas diretrizes e bases para esse nível e modalidade de ensino, inspirados no modelo eficaz e reconhecido de ensino médio técnico integrado e que conte com um debate democrático e envolvendo trabalhadoras(es), estudantes e sociedade e não a reforma imposta de maneira unilateral pelo governo golpista. Também defendemos a total desmilitarização da educação pública em todas as redes, incluindo as instituições que fazem educação básica e estão vinculadas ao Ministério da Defesa e que devem passar a serem coordenadas pelo MEC, excetuando-se, obviamente, as que fazem exclusivamente formação de militares para as carreiras militares fora do ensino formal básico e superior. E revogando todos os instrumentos legais criados para a promoção da militarização da educação, incluindo a política de escolas cívico-militares.

Necessário também alterar o Decreto nº 1590/1995, revogando a IN nº 125/2020, para que esse se torne coerente com a atual situação da Carreira do Magistério Federal, uma carreira única que possui dois cargos, incluindo a exceção de controle eletrônico de frequência também ao Cargo do Magistério EBTT, visto que a interpretação de gestores e de membros de órgãos de controle tem sido usada como medida de pressão e autoritarismo contra servidores que foram atacados durante todo o processo de fortalecimento do golpismo e esse mecanismo tem sido usado para a burocratização e assédio nessa relação de trabalho atrapalhando a formação do povo e com a produção e socialização de conhecimento. Mecanismos de reconhecimento e concessão de

gratificações de insalubridade e periculosidade, ou de auxílio-transporte também tem sido alterados sem comunicação prévia a servidores, gerando grande apreensão e exigem uma padronização via MEC para garantir a estabilidade da remuneração e, portanto, a tranquilidade para o exercício do trabalho junto ao público.

Nesta toada, a **criação de uma mesa permanente de negociações** com o MEC se faz fundamental, para que bandeiras de lutas, recentes e históricas, possam ser discutidas, no sentido de construir juntos, Governo e trabalhadores, as políticas públicas educacionais e suas regulamentações. Esta mesa de diálogo deve ser utilizada para se discutir as regulamentações dos processos de RSC (inclusive para técnico-administrativos e aposentados), dos atos normativos de remoções e redistribuições, das transições de carreiras dos trabalhadores dos Ex-Territórios Federais e das escolas vinculadas ao Ministério da Defesa, da flexibilização da jornada de trabalho de técnico-administrativos e da racionalização da carreira do PCCTAE; da concessão de auxílio-transporte, de insalubridade e periculosidade, da dispensa de controle de frequência, de liberação para mandato classista; das discussões dos critérios de afastamento para qualificação, da expansão da Rede Federal, do regramento do registro de frequência, das discussões sobre a Reforma do Ensino Médio, do Programa Nacional do Livro Didático (que foi brutalmente alterado, inclusive sofreu intervenção e, inclusive, censura chegando com conteúdos negacionistas e exige a construção de uma comissão emergencial para avaliar a situação, verificar as regulamentações em vigor – muitas precisam ser revogadas – o que já está comprado se deve mesmo ser distribuído, se o processo de seleção e análise deve ser retomado para providências imediatas), das políticas de fomento da pesquisa e extensão, sobre grupos de trabalhadoras(es) em carreiras remanescentes (Ex-Territórios, instituições vinculadas ao Ministério da Defesa, pessoas do Magistério Superior que perdem direitos ou por inadequação da transposição ou por estarem em carreiras ou cargos extintos), o debate sobre a manutenção ou retorno das sedes sindicais que existiam em espaços institucionais, entre outros importantes pontos.

Desde já, o SINASEFE, que encampou a luta pela eleição de Lula já no primeiro turno, coloca-se a disposição para o diálogo e para a construção coletiva, para resgatar as bases das políticas públicas que marcaram os primeiros governos do Partido dos Trabalhadores e que, conjuntamente com a sociedade, retomará a construção do país que queremos.

Brasília, 1º de dezembro de 2022

**SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA
EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

SINASEFE

ANEXOS

- PAUTA UNIFICADA DA EDUCAÇÃO FEDERAL – Protocolada junto ao MEC em 6 de maio de 2022
- Carta do SINASEFE de Apoio à candidatura de Lula à Presidência da República – Publicada em 26 de julho de 2022
- Carta do SINASEFE ao Presidente Lula, candidato da Frente Brasil Esperança – Protocolada em 9 de novembro de 2022
- Ofício do FONASEFE – Equipe de Transição nº 1 – De 17 de novembro de 2022
- Ofício do FONASEFE – Equipe de Transição nº 2 – De 29 de novembro de 2022